

Modelo de auto-avaliação da Biblioteca Escolar: Princípios estrutura e metodologias de operacionalização

Elsa Conde

Coordenadora Interconcelhia da RBE

Rosa Canhoto Martins

Gabinete da RBE

1 - Questões em torno da auto-avaliação da biblioteca escolar

A escola da Sociedade do Conhecimento tem que lidar com os desafios que as tecnologias da informação colocam às atitudes, hábitos e comportamentos informacionais dos jovens. Estes desafios decorrem de renovadas formas de acesso, uso, produção e comunicação do conhecimento, que permeiam diferentes níveis de acção: da aprendizagem formal à informal, ao lazer e à intervenção social.

Face a esta realidade, são hoje exigidas aos jovens competências tecnológicas e digitais a que estão associadas um conjunto de literacias críticas. O National Council of Teachers of English (2008) sintetiza-as, com especial ênfase no perfil do aluno que aprende em contextos de construção colaborativa do conhecimento: “os leitores [aprendentes] do século XXI têm de ser capazes de ser proficientes no uso da tecnologia; construir relações e redes sociais para colocar e resolver problemas colaborativamente e a partir de perspectivas multiculturais; desenhar e partilhar conteúdos de informação destinados a comunidades globais e ao cumprimento de uma diversidade de objectivos; gerir, analisar e sintetizar fluxos simultâneos de informação; criar, criticar, analisar e avaliar conteúdos textuais multimedia; entender e pôr em prática os preceitos éticos e de responsabilidade social requeridos por estes ambientes mais complexos”.

A escola não pode, por isso, permitir-se perpetuar modos de ensino e aprendizagem magistrais que formam para ler e escrever de forma acrítica. Tem que acompanhar a mudança nos processos tecnológicos, sociais e comunicacionais. Tem que formar para a autonomia e para a criatividade, para a capacidade de interagir socialmente de forma crítica e para a competência de aprender a aprender.

À biblioteca escolar cabe, neste contexto, um papel de liderança, assumindo-se como um recurso indutor de inovação, um recurso que contribua e tenha um papel activo e de resposta às mudanças que o sistema introduz, trazendo valor à escola no cumprimento da sua missão e no cumprimento dos objectivos de ensino/aprendizagem.

Ao longo de décadas entendemos a biblioteca escolar como espaço onde a informação era tratada, organizada e disponibilizada. Habitúamo-nos a uma concepção centrada no espaço e nos recursos. Deslocávamo-nos à biblioteca para

trabalhar e aceder a equipamentos e à informação – atitude característica de um paradigma passado de acesso e construção do saber.

Mas, se pensarmos a escola de hoje e o paradigma de acesso à informação e a disseminação de espaços, de formas de aprendizagem e de produção de conhecimento, verificamos que o outrora concentrado espaço de trabalho, interação e acesso à informação se pulveriza em múltiplos espaços, o mesmo acontecendo com os equipamentos e aplicações que utilizamos, hoje democratizados e ao alcance dos utilizadores.

Percebemos o alcance da mudança, ao mesmo tempo que somos forçados a identificar um recentramento do papel e do impacto que a biblioteca escolar tem na escola. As questões abordadas nos primeiros parágrafos permitem-nos associar à biblioteca, de forma clara, um papel formativo com impacto no desenvolvimento curricular e nas aprendizagens. A complexidade das “velhas” e “novas” literacias, o perfil dos utilizadores, as suas necessidades de informação transformam a biblioteca escolar num espaço de intervenção, associado à aprendizagem com base nos recursos, em complementaridade com os professores das diferentes áreas curriculares e não curriculares.

Mas é, igualmente, necessário que a escola entenda esta mudança, que perceba e saiba avaliar o impacto da introdução massiva de computadores e seu uso nos espaços de trabalho e nos espaços informais do dia-a-dia, bem como o impacto nas literacias e aprendizagens implicadas. É urgente preparar gradualmente uma transição sem precedentes, de um modelo de organização social, cultural e económico industrial para um outro baseado na informação.

A interação com a escola e a forma como a biblioteca é entendida no cumprimento dos objectivos pedagógicos e educativos da escola tem, no contexto do funcionamento da biblioteca escolar e da avaliação, uma dimensão crítica. A literatura sobre as bibliotecas escolares baseada em diversos estudos realizados nos Estados Unidos da América, no Reino Unido ou outros países anglófonos, atesta o impacto que uma biblioteca escolar com uma colecção adequada e com condições e recursos humanos qualificados pode ter no sucesso educativo e nas aprendizagens e identifica os domínios fundadores de uma biblioteca escolar efectiva e de qualidade (Scholastic Research (2008); Williams, Dorothy & Coles, Caroline (2001)). Há, no entanto, um trabalho árduo a realizar. A percepção do valor da BE e do seu papel e a necessária intervenção da escola nem sempre se cumpre. A ausência dessa percepção, aliada à falta de liderança do professor bibliotecário, desaproveita estas potencialidades e centra, não raro, a responsabilidade pelo sucesso da biblioteca escolar no professor bibliotecário. Pretende-se, com o processo de avaliação, envolver os diferentes actores, identificar *gaps* e extrair reponsabilidades colectivas face aos resultados obtidos.

Ao professor bibliotecário exige-se acção, compromisso e responsabilidade, com implicações nas práticas e na forma como interage com a escola. Cabe-lhe, como Todd (2001) refere, transformar a biblioteca escolar em “espaço de conhecimento, por oposição a um espaço de informação”. Cabe-lhe entender a biblioteca escolar além da colecção, além do espaço. Cabe-lhe transformá-la “num espaço de conexões de links e multi-referências”, seja ao nível das colecções, seja ao nível da integração/ interação com a escola. Cabe-lhe definir “acções, por oposição a posições e um trabalho persistente de demonstração do valor e do impacto da BE”. O sentido e a força desse impacto têm que ser obtidos com recurso a evidências, num movimento cada vez mais pertinente de mudança entre “dizer ou relatar (retórica)” e a necessidade de “demonstrar” o que se faz (Todd 2008).

O enfoque na acção, na diferença que a biblioteca escolar faz na escola, nas aprendizagens e no sucesso educativo convoca, também, a necessária percepção de que essa diferença acontece através da mudança de práticas mais centradas nos *outcomes* (resultados) que essas práticas comportam e menos nos processos que seguimos para a obtenção desses resultados. Cram (1999) descreve esse processo: “(...) as bibliotecas não possuem um valor objectivo intrínseco. O valor é uma atribuição subjectiva e está relacionado com as percepções relativamente a um benefício real ou esperado. De um certo modo, as bibliotecas criam valor através da transformação de recursos intangíveis num processo multiplicador de benefícios. Elas não gerem valor, antes gerem processos e actividades, tomando as decisões condutoras à criação de valor para os seus utilizadores e para a organização onde se integram”.

Fomos, ao longo desta incursão, identificando diferentes factores que validam e tornam imperiosa a implementação de um processo de auto-avaliação da biblioteca escolar. A estas acrescem a necessária regulação como veículo promotor da qualidade da biblioteca escolar e da melhoria das práticas. A avaliação permite identificar debilidades e sucessos e permite reorientar processos e acções, com vista à melhoria.

A criação de um Modelo para avaliação das bibliotecas escolares visa dotar as escolas/ bibliotecas de um quadro de referência e de um instrumento que lhes permita a melhoria contínua da qualidade e a transformação das bibliotecas escolares em organizações capazes de aprender e de crescer através da recolha sistemática de evidências, conducentes a processos regulares de auto-avaliação. Pretende-se, com a sua criação, que as bibliotecas escolares ganhem visibilidade e obtenham a plena integração na escola com a qual interagem e mantém uma relação orgânica. A assumpção e reconhecimento por toda a comunidade, a integração no processo avaliativo e no relatório da escola, bem como a inclusão da biblioteca escolar na avaliação externa a realizar pela Inspecção Geral de Educação são factores de integração e melhoria que estamos certos serão alcançados através deste processo.

2 - Estrutura do Modelo

O Modelo construído para a avaliação das BEs é constituído por quatro **Domínios**, divididos em **Subdomínios**, procurando reflectir as áreas-chave de actividade das BEs, enquanto espaços disponibilizadores de recursos (materiais, humanos, financeiros e de informação) e estruturas formativas e de aprendizagem relacionadas com o currículo e a promoção da leitura e das literacias no contexto da escola e da comunidade educativa:

- A. Apoio ao Desenvolvimento Curricular
 - A.1 Articulação curricular da BE com as estruturas pedagógicas e os docentes
 - A.2. Desenvolvimento da literacia da informação
- B. Leitura e Literacia
- C. Projectos, Parcerias e Actividades Livres e de Abertura à Comunidade
 - C.1. Apoio a actividades livres, extra-curriculares e de enriquecimento curricular
 - C.2. Projectos e parcerias
- D. Gestão da Biblioteca Escolar
 - D.1. Articulação da BE com a Escola/ Agrupamento. Acesso e serviços prestados pela BE
 - D.2. Condições humanas e materiais para a prestação dos serviços

D.3. Gestão da colecção

A aplicação do modelo faz-se numa base anual, escolhendo em cada ano um domínio onde concentrar o trabalho da auto-avaliação. O ponto de partida pode derivar de uma primeira avaliação diagnóstica, da indicação de uma área de interesse já identificada em processos de avaliação anteriores, da selecção de uma área de interesse ou considerada prioritária face às metas da própria escola e que se pretende reforçar, ou do conhecimento geral e empírico que se tem da biblioteca.

Em termos de operacionalização, esta avaliação deve ser entendida como uma actividade regular e inerente ao dia-a-dia do funcionamento da biblioteca e da escola, integrando as suas práticas e rotinas.

Ao fim de quatro anos, pretende-se que todos os domínios tenham sido auto-avaliados, correspondendo este período também ao actual ciclo de gestão e planeamento das escolas.

Dentro de cada Subdomínio identificam-se conjuntos de **Indicadores** ou critérios, os quais apontam para os aspectos nucleares de intervenção da BE inerentes a cada Subdomínio.

Os Indicadores desdobram-se, por sua vez, em diferentes **Factores Críticos**, que constituem as actividades ou acções que demonstram sucesso e são valorizadas na avaliação de cada Indicador.

O modelo é propositadamente ambicioso na definição destes factores, de modo a ser estimulante e impedir que as escolas apenas reflectam nele as actividades/acções que comumente já realizam, incentivando ao desenvolvimento de boas práticas e tendo, nesta medida, uma forte componente formativa.

As **Evidências** mostram que essas actividades/acções foram efectivamente desenvolvidas e sustentam a formulação de juízos de valor sobre os seus resultados. Para cada Indicador ou conjunto de Indicadores foram identificadas vários exemplos de **instrumentos de recolha de evidências**, através das quais será possível apurar a que nível de performance corresponde a prática da biblioteca em relação com aquele/s Indicador/es.

Na última coluna das tabelas em que se estrutura o Modelo, apresentam-se para cada Indicador, exemplos de **Acções de melhoria**, ou seja, propostas de iniciativas variadas a realizar no caso de ser necessário melhorar o desempenho da BE em relação com aquele Indicador.

Fazem ainda parte do Modelo, um conjunto de **Perfis de Desempenho** estabelecidos para os diferentes Subdomínios.

Os Perfis ou cenários indicam quatro níveis de performance (Fraco, Médio, Bom e Excelente), sendo o seu objectivo ajudar a escola a identificar qual o nível que melhor corresponde à situação da biblioteca em cada Subdomínio e perceber, de acordo com o nível atingido, o que está em jogo para poder melhorar para o nível seguinte.

Cada nível de desempenho é caracterizado através de um conjunto de **descritores** relacionados com os Indicadores e Factores Críticos de Sucesso considerados no respectivo Domínio ou Sub-domínio.

Considera-se que a BE se situa num determinado nível de desempenho se cumprir, pelo menos, 4 em 5, 5 em 6 ou 6 em 7 descritores, consoante o número de descritores que caracterizam os perfis.

Esta avaliação, exigente de uma atitude sistemática de investigação, baseia-se, como dissemos, em evidências, obtidas através de um **conjunto de métodos quantitativos e qualitativos, e de técnicas de recolha de informação variada**, envolvendo:

- Documentos já existentes e que regulam a actividade da escola (PEE, PCT, etc.) ou da BE (Plano de Actividades, regulamento, etc.);
- Registos diversos (actas de reuniões, relatos de actividades, etc.);
- Materiais produzidos pela BE ou em colaboração (planos de trabalho, planificações para sessões na BE, documentos de apoio ao trabalho na BE, material de promoção, etc.);
- Estatísticas produzidas pelo sistema da BE (requisições, etc.);
- Trabalhos realizados pelos alunos (no âmbito de actividades da BE, em trabalho colaborativo, etc.);
- Instrumentos especificamente construídos para recolher informação no âmbito da avaliação da BE: registos de observação, questionários, e checklists.

O **Anexo** ao Documento base do Modelo disponibiliza uma bateria de **Instrumentos de Recolha de Evidências** (Questionários a professores, alunos, pais e encarregados de educação; Grelhas de Observação de competências de literacia de informação e de leitura, Grelhas de análise de trabalhos dos alunos, Checklists, etc.).

Os instrumentos apresentados constituem elementos de apoio susceptíveis de ser adequados à realidade de cada BE, podendo ser introduzidas as alterações que se considerarem necessárias, por exemplo, em função do nível de ensino, como acontece no caso das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e Pré-escolar.

A utilização destes instrumentos pelas escolas pode, apesar de tudo, criar alguma uniformidade em termos da informação que vai ser recolhida nas escolas, facilitando a possibilidade de benchmarking externo entre escolas, sem prejuízo das necessárias adaptações à realidade e necessidades das escolas.

Em termos de quantidade, sugere-se uma aplicação dos instrumentos a 20% do número total de professores e 10% do número de alunos em cada nível de escolaridade, de modo a obter amostras representativas.

3 - Metodologia de Aplicação do Modelo

A implementação da auto-avaliação implica o cumprimento de alguns passos prévios que, esquematicamente, resumimos:

- Motivação e compromisso institucional dos órgãos de gestão pedagógica e executiva da escola com o processo de auto-avaliação da BE;
- Apresentação aos colegas e órgãos de gestão do propósito e metodologia da auto-avaliação e formalização de alguns procedimentos no sentido de uma mobilização e co-responsabilização de todos os intervenientes:
 - participação da BE em reuniões alargadas ou restritas de docentes para recolha da informação;
 - facilitação de documentação e disponibilização de dados pelos colegas;
 - definição de formas de colaboração com os docentes na recolha de evidências sobre os alunos;

- aceitação e reconhecimento dos resultados por todos;
- envolvimento na subsequente promoção de um plano de melhoria e desenvolvimento

A execução do Plano de Avaliação envolve igualmente diferentes etapas, a saber:

- Diagnóstico;
- Identificação do Domínio a avaliar;
- Evidências a recolher; Instrumentos a utilizar; limitações; levantamento de necessidades; ...
- Intervenientes e composição das amostras a utilizar;
- Calendarização;
- Recolha e análise dos dados;
- Identificação de pontos fortes e fracos e posicionamento nos respectivos níveis de desempenho, face aos benchmarks dados;
- Interpretação e descrição dos resultados da avaliação e definição de acções de melhoria
- Comunicação dos resultados da avaliação e medidas de melhoria a empreender, a integrar no Relatório de Avaliação interna da Escola/Agrupamento.

O **Relatório de Auto-Avaliação da BE** é o instrumento de descrição dos resultados da auto-avaliação, de identificação do conjunto de acções a ter em conta no planeamento futuro e de difusão desses resultados e acções junto da escola e dos seus órgãos de gestão.

Apesar de em cada ano ser apenas auto-avaliado um Domínio através do recurso ao Modelo de Auto-avaliação da RBE, é de ter em conta que, sendo o trabalho e acção educativa da BE também incidentes noutros Domínios de intervenção, embora estes não sejam alvo do mesmo tipo de avaliação, não deixa de lhes ser feita referência no Relatório Anual da BE. O Relatório dá, portanto, uma visão holística do funcionamento da biblioteca escolar, incluindo na Secção A, a informação mais detalhada e fundamentada sobre a aplicação do modelo de auto-avaliação no Domínio seleccionado, e na Secção B, a informação disponível sobre os restantes Domínios onde não foi aplicado o Modelo, mas que não deixaram de ser trabalhados e monitorizados durante o ano pelas BEs.

Uma grelha final sintetiza a auto-avaliação global desenvolvida ao longo de cada ciclo de gestão de 4 anos.

Finalmente, uma ficha de Perfil da Escola/Agrupamento fornece ainda informação sobre a situação de cada estabelecimento e o contexto em que, em cada ano, ocorre a avaliação, acompanhando em anexo o Relatório Anual de Auto-Avaliação da BE.

4 - O processo de testagem do Modelo

A testagem deste Modelo de Auto-avaliação foi iniciada em 2008, estando actualmente a decorrer um segundo ano de testagem.

Este processo de experimentação do Modelo foi iniciado com a organização em cada uma das cinco Direcções Regionais de Educação de uma reunião geral de apresentação e lançamento do Modelo, em que participaram todos os Professores-bibliotecários e Presidentes dos Conselhos Executivos das Escolas/Agrupamentos pertencentes à RBE, a envolver. Como critério, foram apenas convidados a participar neste processo, as BEs com professores-bibliotecários a tempo inteiro.

Ao longo do ano, o processo foi acompanhado no terreno pelos elementos do Programa RBE que, a partir das respectivas escolas, estão responsáveis pelo acompanhamento e apoio local às escolas pertencentes à RBE, para além do apoio central do Gabinete RBE.

Entre Setembro e Dezembro, decorreram ainda cinco Acções de Formação online de 38 horas cada uma, sobre o Modelo de Auto-Avaliação das BEs, para professores-bibliotecários de cada uma das cinco Direcções Regionais de Educação, em que participaram mais de 120 professores. No âmbito destas formações, foi ainda realizado um Seminário em Lisboa, no qual participaram reputados especialistas internacionais: Ross Todd, Kathy Lemaire, Peter Streatfield e Nancy Everhart.

Testaram o Modelo o ano transacto 119 bibliotecas, das quais 12 pertenciam a Escolas Básicas do 1º ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar (EB1/JI); 8 pertenciam a escolas Básicas Integradas (EBI); 69 a Escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (EB23); e 30 a Escolas Secundárias (ES), distribuídas geograficamente por todo o país.

Das BEs que aplicaram o Modelo, o Gabinete RBE recebeu feedback de 98 bibliotecas. Destas, 19 testaram o Domínio A; 45, o Domínio B; 7, o Domínio C e 27, o Domínio D.

A quase totalidade destas escolas posicionou-se no nível dois (médio) ou três (bom), tendo-se apenas três BEs auto-avaliado no nível quatro (excelente) e uma no nível um (Fraco), o que, de algum modo, indicia as fragilidades na forma como esta auto-avaliação ainda terá sido conduzida e realizada.

4.1 - Alguns constrangimentos e factores facilitadores subjacentes

Deste trabalho retirámos, deste modo, algumas conclusões, sobretudo relacionadas com dificuldades derivadas, neste ainda curto período de vida das BEs em Portugal, da ausência de práticas de avaliação baseadas em evidências e de uma avaliação ainda muito centrada em inputs e processos e pouco habituada a pensar em termos de resultados e impactos.

Deste modo, foi grande a dificuldade em muitas BEs, em discriminar todo o conjunto de evidências passíveis de serem obtidas a partir dos diferentes instrumentos de recolha de informação sugeridos, primando em muitos casos pela omissão ou descrição demasiado vaga ou genérica. As grelhas de observação de competências foram os instrumentos que se revelaram mais difíceis para as escolas. Foi também grande a dificuldade por parte de muitas BEs, em analisar e interpretar os dados obtidos, de modo a identificar a partir deles, pontos fortes e fracos, sendo frágeis as ilações e inferências retiradas a partir da informação obtida. Algumas escolas tiveram problemas no registo e tratamento informatizado dos dados. Finalmente, foi ainda grande a dificuldade de boa parte das BEs em atribuir-se um nível de desempenho relacionando os seus resultados com os standards para os quais remetem os Factores Críticos de Sucesso e os diferentes Cenários, pela grande distância que ainda os separa das práticas existentes, sobretudo no que ao trabalho colaborativo diz respeito, tornando difícil avaliar a contribuição da biblioteca na consecução dos objectivos relacionados com a aprendizagem, a formação e os resultados escolares dos alunos.

Este ano demos continuidade a este processo de testagem, ao qual acrescentámos novas escolas (são já cerca de 300 as escolas que estão actualmente a usar o Modelo), sendo visível uma maior aceitação, entendimento e à vontade na utilização do documento pelas escolas e um reconhecimento muito maior da sua contribuição a

nível da planificação, execução e avaliação das diferentes actividades. A valorização crescente do Modelo pela Direcção das Escolas e pela Inspeção Geral de Educação tem tido também um efeito muito positivo na sua divulgação e aplicação.

5 - Perspectivas de desenvolvimento futuro

Após estes dois anos de testagem do Modelo, é intenção do Gabinete RBE promover no próximo ano a sua aplicação generalizada, não só nas escolas que já o utilizaram mas também em novas escolas, que venham a usufruir também de um professor-bibliotecário a tempo inteiro.

O Modelo, a cuja revisão procederemos entretanto, em função dos problemas detectados, deve, deste modo, assumir uma forma estabilizada no início do próximo ano lectivo.

Assim sendo, propomo-nos até lá concluir o seguinte trabalho:

- Continuar a desenvolver esforços no sentido de tornar o Modelo mais “amigável”, procurando convertê-lo num documento mais simples, leve, transparente e depurado de informação que possa considerar-se redundante ou excedentária.
- Criar instrumentos de recolha de informação mais adaptados ao 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, sugerir novas técnicas e instrumentos (ex. guiões de entrevistas, focus groups, questionário para a Direcção da escola/Agrupamento, etc.) e melhorar alguns dos instrumentos existentes (ex. grelhas de observação)
- Criar um conjunto de aplicações em Excel, Access, SQL, SPSS e um pequeno manual de procedimentos que facilitem às escolas a introdução, tratamento e análise dos dados
- Divulgar entre as escolas algumas das boas práticas de auto-avaliação da BE
- Integrar a aplicação das Normas ISO na utilização de medidas estatísticas relacionadas com os serviços e actividades das BEs
- Estabelecer um conjunto de orientações sobre a forma como ajustar os resultados da auto-avaliação da BE à auto-avaliação da Escola/Agrupamento e relacionar a avaliação da BE com a avaliação externa, realizada pela Inspeção Geral de Educação.
- Continuar a promover a divulgação do Modelo e a formar os professores para a sua utilização.
- Incluir aspectos insuficientemente tidos em conta, como sejam o da orientação dos serviços de BEs para conjuntos de escolas ou para o Agrupamento e o da resposta aos novos públicos escolares.

Referências

Brophy, Peter. *Measuring library performance; principles and techniques*. London: Facet Publishing, 2006.

Cram, Jennifer (1999) “SIX IMPOSSIBLE THINGS BEFORE BREAKFAST: A multidimensional approach to measuring the value of libraries”. 3rd Northumbria International Conference on Performance Measurement in Libraries and Information Services, 27-31 August. <http://www.alia.org.au/~jcram/six_things.html> [20/06/2009]

Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (2008) Modelo de Auto-Avaliação das Bibliotecas Escolares <<http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/31.html>> [20/06/2009]

Markless, Steatfield (2006) *Evaluating the Impact of your library*, London, Facet Publishing.

Scholastic Research (2008) "School Libraries Work! Scholastic Research & Results".
<<http://librarypublishing.scholastic.com/content/stores/LibraryStore/pages/images/SLW3.pdf>>
[20/06/2009]

Scott, Elspeth (2002) "How good is your school library resource centre? An introduction to performance measurement". 68th IFLA Council and General Conference August.
<http://www.eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/1a/bf/cc.pdf> [20/06/2009]

Todd, Ross (2001) "Transitions for preferred futures of school libraries: knowledge space, not information space; connection, not collections; actions, not positions; evidence, not advocacy". Keynote address, International Association of Schools Libraries (IASL) Conference. Auckland, New Zealand. <<http://iasl-slo.org/virtualpaper2001.html>> [20/06/2009]

Todd, Ross (2008) "The Evidence-Based Manifesto for School Librarians. If school librarians can't prove they make a difference, they may cease to exist". *School Library Journal*, 4/1/2008.
<http://www.schoollibraryjournal.com/article/CA6545434.html> [20/06/2009]

Williams, Dorothy & Coles, Caroline (2001) *Impact of School Libraries Services on Achievement and Learning*. Aberdeen: The School of Information and Media, Robert Gordon University.
<<http://www.rgu.ac.uk/files/Impact%20of%20School%20Library%20Services1.pdf>> [20/06/2009]